Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

Artigo original • Acesso aberto

Mulheres rurais em movimento: ações, pautas e espacialização das lutas camponesas

Rural women in motion: actions, agendas and spatialization of peasant struggles

Maria Flávia Dantas da Cruz **Matheus Henrique da Costa Gomes** **Samille Nayara Silva Araújo** **Rannyerison Carlos Pereira da Silva**

Resumo
Este trabalho analisa as ações de movimentos de mulheres rurais no Nordeste brasileiro entre 2020 e 2024, a partir da base de dados hemerográfica do DATALUTA. Fundamentado na Geografia Agrária Crítica, o estudo investiga como os movimentos socioespaciais e socioterritoriais de mulheres rurais articulam lutas por direitos e reconhecimento por meio da análise de suas ações. Foram identificadas 37 ações de diferentes movimentos de mulheres rurais, que evidenciam o protagonismo feminino na superação da invisibilidade histórica. Os resultados revelam um repertório diversificado de ações, como eventos e jornadas de luta que atuam como espaços de formação política; marchas e passeatas que conferem visibilidade pública às pautas feministas, antirracistas e agroecológicas; ocupações de terra e de prédios públicos que tensionam estruturas patriarcais e fundiárias; e a produção agroecológica, que consolida a autonomia econômica e a reprodução da vida nos territórios camponeses. Conclui-se que essas estratégias, frequentemente articuladas em redes de solidariedade, constituem alternativas de resistência frente às desigualdades estruturais do campo nordestino.
Palavras-chave: Movimentos de mulheres rurais. Rede DATALUTA. Ações coletivas. Nordeste.

Submissão:
15 abr. 2026

Aceite:
29 jul. 2026

Publicação:
12 ago. 2026

Abstract
This paper analyzes the actions of rural women's movements in the Brazilian Northeast between 2020 and 2024, based on the hemerographic database of DATALUTA. Grounded in Critical Agrarian Geography, the DATALUTA Network investigates how socio-spatial and socio-territorial rural women's movements articulate struggles for rights and recognition through the analysis of their actions. A total of 37 actions from different rural women's movements were identified, evidencing female protagonism in overcoming historical invisibility. The results reveal a diverse repertoire of actions, such as events and struggle gatherings that act as spaces for political formation; marches and demonstrations that grant public visibility to feminist, anti-racist, and agroecological agendas; land and public building occupations that challenge patriarchal and land structures; and agroecological production, which consolidates economic autonomy and the reproduction of life in peasant territories. It is concluded that these strategies, often articulated in solidarity networks, constitute alternatives of resistance in the face of the structural inequalities of the northeastern countryside.
Keywords: Rural women's movements. DATALUTA Network. Collective actions. Northeast.

Citação sugerida
CRUZ, Maria Flávia Dantas da; GOMES, Matheus Henrique da Costa; ARAÚJO, Samille Nayara Silva; SILVA, Rannyerison Carlos Pereira da. Mulheres rurais em movimento: ações, pautas e espacialização das lutas camponesas. Revista IDeAS, Rio de Janeiro, v. 20, p. 1-32, e026013, jan./dez. 2026.

DOI: https://doi.org/10.36920/8e5rjz81

Licença: Creative Commons - Atribuição/Attribution 4.0 International (CC BY 4.0).

Introdução

No Brasil, os fazeres políticos dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais camponeses reivindicam a participação dos sujeitos no planejamento de políticas públicas e na gestão estatal, confrontando as contradições impostas pelos agentes hegemônicos do capital (Matheus & Feliciano, 2025). Para Silva, Sobreiro Filho e Fernandes (2021), esses movimentos constituem conceitos de referência espacial que permitem acompanhar as mudanças nas realidades locais, sendo fundamentais para a compreensão das ações dos sujeitos, do Estado e das instituições. Os movimentos socioespaciais e socioterritoriais despontam como vanguarda na vida social e política e possuem capacidade de se organizar a partir da coletividade dos sujeitos que confrontam e contestam a hegemonia do capital, produzem resistências e fortalecem a democracia por meio da pressão sobre o Estado para agir em favor dos interesses e das necessidades da sociedade (Matheus e Feliciano, 2025; Silva, Sobreiro Filho e Fernandes, 2021).

Esses conceitos são discutidos especialmente por Fernandes (2005), que compreende os movimentos socioterritoriais a partir da relação com o território como um espaço essencial para a existência dos grupos que o reivindicam. Em contrapartida, os movimentos socioespaciais atuam na produção e na reivindicação de espaços políticos, constituídos por agentes não governamentais, que operam em prol de grupos subalternos da sociedade. Matheus e Feliciano (2025, p. 7) revelam que a atuação dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais "dá-se por meio de pautas que atendem necessidades específicas de um determinado grupo social de acesso a meios de produção e reprodução da vida em condições dignas". Essas necessidades surgem uma vez que esses sujeitos políticos se organizam para reivindicar o reconhecimento de seus direitos sociais, sejam eles materiais, como o acesso à terra e à água, ou simbólicos, como a participação política e a garantia da reprodução justa de seus modos de vida. Por isso, os autores asseguram que esses sujeitos apresentam "potencial revolucionário de transformação social da realidade e do espaço e construir outras dinâmicas territoriais" (2025, p. 7).

Em um contexto histórico, as ações coletivas das mulheres agricultoras em vários locais do país, na década de 1980, suscitaram a formação de grupos e coletivos femininos que passaram a se reunir para debater sobre vida, trabalho e direitos. As lutas das mulheres e as suas reivindicações, a partir dos movimentos, alcançaram maior visibilidade social e política em quatro eixos apontados por Cordeiro e Scott (2007, p. 420): "reconhecimento do trabalho na agricultura e nos sistemas agroextrativistas; lutas pelo direito à terra e pela reforma agrária; acesso aos benefícios da Previdência Social; participação das mulheres na estrutura sindical." As reivindicações supracitadas refletem o protagonismo e a participação de camponesas no trabalho agrícola e a sua atuação no campo, objetivando o combate à discriminação que as mulheres

rurais sofriam nas esferas sociais (Deere, 2004). Tal discriminação refletia-se na ideia de que as "mulheres eram raramente consideradas como trabalhadoras da agricultura", pois seu trabalho era considerado invisível, tanto como trabalhadoras de família não remuneradas quanto como trabalhadoras assalariadas temporárias (Deere, 2004, p. 180).

No Nordeste brasileiro, Cordeiro e Scott (2007) analisam que as ações das camponesas no contexto rural da região, na época de consolidação dos movimentos de mulheres rurais, contemplavam uma agenda bastante ampla de atuação. Para além das pautas da questão agrária, trabalhista e previdenciária, as trabalhadoras rurais realizavam encontros, oficinas e seminários sobre saúde, geração de renda, meio ambiente, violência de gênero, direitos reprodutivos e participação social feminina (Cordeiro e Scott, 2007). No período de expansão dos movimentos por toda a região nordestina, esses coletivos foram construindo redes e teias com organizações feministas, distintos movimentos rurais e gestores públicos em âmbito local, estadual e nacional, incluindo novas pautas e juntando-se a lutas pela reforma agrária, demarcação de terras quilombolas e indígenas e reservas extrativistas, investindo também na criação de projetos que fortalecessem o potencial produtivo feminino, objetivando a melhoria das condições de vida de suas comunidades (Cordeiro e Scott, 2007).

Sales (2007) revela que a participação das trabalhadoras rurais em movimentos e em contato com outros coletivos permite pensar sobre desigualdades de gênero, funcionando como um espaço de aprendizagem, de luta e de participação social. Nesse contexto, nota-se que o processo organizativo das mulheres rurais permite o incentivo ao rompimento "com a rígida divisão de papéis, com o lugar já predeterminado na família, no trabalho, e a ocupar espaço no campo político" (Sales, 2007, p. 442). A partir do que foi discutido, Sales (2007) revela que a participação das mulheres nos movimentos sociais, grupos de produção e coletivos femininos suscita novas reflexões sobre as potencialidades das mulheres camponesas e contribui para o estabelecimento de relações sociais mais justas e igualitárias.

Nesse contexto, os movimentos socioespaciais e socioterritoriais de mulheres rurais produzem ações que alteram as dinâmicas locais, produzem novas territorialidades e constroem novas formas de organização coletiva e produtiva. É a partir dessa perspectiva que se estrutura a Rede Brasileira de Pesquisa das Lutas por Espaços e Territórios, articulação de grupos de pesquisa de diferentes universidades brasileiras. A Rede organiza-se em seis coletivos – agrário, urbano, água, floresta, estrangeirização de terras e jornadas universitárias em defesa da reforma agrária –, cada um dedicado a sistematizar e analisar as ações e conflitualidades dos movimentos em diferentes espacialidades, por meio do Banco de Dados das Lutas por Espaços e Territórios (DATALUTA) (Fernandes e Pereira, 2025).

Apesar dos avanços nos estudos sobre movimentos sociais agrários,

pouco se sabe sobre como a atuação específica das mulheres rurais é captada e sistematizada por bancos de dados como o DATALUTA, tampouco sobre as implicações espaciais dessas ações. Esta pesquisa se justifica pela invisibilidade histórica das mulheres rurais nos bancos de dados sobre conflitos agrários e pela potencialidade do DATALUTA em visibilizar ações que, embora numericamente expressivas, são frequentemente subsumidas em categorias genéricas de movimentos camponeses. Ao recortar o Nordeste – região com forte presença de movimentos de mulheres e com altos índices de desigualdade de gênero no campo –, pretende-se contribuir tanto para os estudos agrários com perspectiva feminista quanto para o aprimoramento da própria metodologia do DATALUTA.

Nesse aspecto, a pesquisa em questão fundamentou-se na metodologia da Rede a partir de um levantamento hemerográfico de ações coletivas de movimentos socioespaciais e socioterritoriais contidas no Banco DATALUTA. Para o recorte proposto, foram filtradas notícias entre 2020 e 2024 dos movimentos de mulheres rurais do Nordeste, priorizando categorias de análise como ações matrizes e derivadas, pautas e tipo de movimento. Diante do exposto, esta pesquisa possui como objetivo central analisar as ações desenvolvidas pelos movimentos de mulheres rurais no Nordeste brasileiro a partir do DATALUTA. Como objetivos específicos, busca-se: i) identificar os principais movimentos de mulheres captados pela Rede no contexto rural; ii) compreender as principais pautas e a espacialização das ações realizadas pelos movimentos de mulheres rurais; iii) analisar as formas pelas quais as ações dos movimentos de mulheres rurais se manifestam no espaço.

Os movimentos de mulheres camponesas e os feminismos como instrumento de luta coletiva

A atuação dos movimentos de mulheres no campo e na conjuntura social brasileira tem contribuído significativamente para o reconhecimento das mulheres rurais como sujeitos políticos e trabalhadoras. Tal atuação, conforme nos conta Aguiar (2016, p. 262), "assumiu várias formas ao longo da história dos movimentos de mulheres rurais, de acordo com o contexto e as dinâmicas sociopolíticas e econômicas com as quais se depararam", expondo as diferentes tendências e configurações assumidas por esses movimentos ao longo de suas histórias. Os movimentos em questão organizam-se a partir de ações coletivas envolvendo organização, ocupações, negociações, denúncias e resistências, em que mulheres camponesas, na sua totalidade e diversidade, foram construindo formas de se reinventar e de fazer política, reivindicando direitos e evidenciando a importância do trabalho e da representatividade da figura feminina camponesa nas diferentes esferas sociais (Aguiar, 2016).

Nesse contexto, Calaça, Conte e Cinelli (2018) nos revelam que as

mulheres agricultoras se colocavam em conflitos, disputas e lutas, criando organizações coletivas femininas nas quais objetivavam a garantia de seus direitos, contestando os ideais patriarcais imbricados nas estruturas da sociedade, em que as mulheres não possuíam direitos reconhecidos por lei. Especificamente no espaço rural, as mulheres camponesas "não tinham direito de sair de casa ou do ambiente restrito de suas comunidades" (Calaça, Conte e Cinelli, 2018, p. 1160). O fato citado atrela-se à cultura machista e patriarcal colonial da região Nordeste, imbricada nas estruturas de toda a sociedade brasileira, que, no decorrer de sua história, negou a participação social das mulheres rurais, ensinando-as, desde a infância, a "serem filhas, esposas e mães, de acordo com a ideologia machista patriarcal e a cultura local, por estarem sob a tutela da figura masculina" (Rapozo, 2022, p. 119).

Essa força patriarcal predominava na vida das camponesas e em seu cotidiano comunitário, submetendo-as a relações de poder, opressão, exploração e desigualdades que se estruturam "através da propriedade privada, das relações sociais de gênero" e da "divisão sexual do trabalho e diversas formas de violência praticadas diariamente contra as mulheres" camponesas (Rapozo, 2022, p. 90), que possuem identidades territoriais diversas. As mulheres camponesas veem-se, assim, cercadas por um sistema de opressão dominante historicamente construído, legitimado e reproduzido pela sociedade (Rapozo, 2022). Nesse sistema, atribui-se à figura feminina o trabalho reprodutivo, o qual, por não ser expresso em valores monetários, é considerado improdutivo – e, consequentemente, o tempo e a energia que as mulheres empregam para sua realização tornam-se invisíveis, esquecidos e desvalorizados socialmente (Aguiar, 2016). É a partir desse contexto de hierarquias e desigualdades que se inicia o processo de organização das mulheres no espaço rural brasileiro, ganhando maior expressividade nas lutas camponesas durante a abertura democrática do país, na década de 1980.

Articulados aos demais movimentos sociais que reivindicavam maiores espaços de expressão e participação política, os movimentos de mulheres inseriram-se na sociedade (Aguiar, 2016), surgindo em diversas regiões do Brasil, inicialmente, por meio de pequenos grupos femininos apoiados pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) (Rapozo, 2022). A Igreja Popular, representada pelas CEBs e por pastorais, constituiu a base formativa das mulheres no processo de abertura política e transição democrática, levando-as a questionar sua condição social e, posteriormente, à mobilização que ocasionou o surgimento dos primeiros núcleos organizados de mulheres rurais (Aguiar, 2016). Ao constatarem que suas demandas não eram tratadas com a devida importância nos coletivos mistos e nos movimentos sociais – a exemplo dos sindicatos de trabalhadores rurais –, as camponesas deram origem a núcleos organizados próprios, compreendendo que a dominação masculina e o modo de produção capitalista afetavam diretamente seus modos de vida e que a luta contra essas estruturas exigia autonomia organizativa (Calaça, Conte &

Cinelli, 2018).

Diante disso, "a construção da identidade de trabalhadora rural foi uma das primeiras reivindicações" e um primeiro passo importante "para a luta mais ampla das mulheres camponesas e trabalhadoras rurais serem reconhecidas legalmente como trabalhadoras rurais e sujeitos políticos" (Rapozo, 2022, p. 106). Durante a década de 1980, nos diversos núcleos organizados, as discussões giravam em torno da necessidade de novas relações de gênero e classe, almejando uma sociedade mais justa e igualitária (Calaça, Conte & Cinelli, 2018). Os encontros de mulheres e as reuniões de base transformaram-se em espaços de formação sociopolítica, buscando dar autonomia "para elas mesmas conduzirem as reuniões, coordenarem oficinas, participarem dos espaços dos sindicatos", como também "representarem o movimento em eventos e encontros em outras regiões e espaços". Nesses encontros, "as camponesas conheciam a história do processo de opressão, exclusão e relações de gênero na sociedade capitalista" (Rapozo, 2022, p. 125).

A luta por direitos se estendeu durante as décadas de 1980 e 1990, período em que foram conquistadas importantes prerrogativas institucionais por meio da Constituição de 1988, como o reconhecimento da profissão de trabalhador(a) rural, o direito à aposentadoria, o salário-maternidade, entre outros, que revelam a importância da luta para o reconhecimento e a visibilidade da participação social e política das mulheres (Aguiar, 2016; Calaça, Conte e Cinelli, 2018). A partir da conquista de direitos, "as mulheres organizadas foram descobrindo ou redescobrindo o seu papel na História e já não eram as mesmas: elas queriam protagonismo fora e dentro de casa, na unidade de produção e para além dela" (Calaça, Conte e Cinelli, 2018, p. 1164). É nesse contexto social, entre as décadas citadas, que os movimentos de mulheres passam a se aproximar do feminismo. Aguiar (2016) aponta que o contato das mulheres rurais organizadas com movimentos feministas se deu de diferentes maneiras, de modo que os ideais feministas penetraram nos espaços, nas lutas e nas ações dos grupos coletivos.

No Brasil, o movimento feminista ganha maior notoriedade a partir da década de 1960, ao entrar na luta em oposição ao regime militar da época (Rapozo, 2022). Entendido por Calaça, Conte e Cinelli (2018) e Siliprandi (2015, p. 37) como a luta por autonomia e liberdade das mulheres, o feminismo "é uma teoria militante" e "um instrumento para a mobilização social", que vem "abrindo espaço para que os grupos oprimidos (no caso, as mulheres) se organizem em prol de mudanças sociais". Nas décadas seguintes, os movimentos de mulheres passaram a ampliar suas plataformas de luta e sua distribuição espacial no território brasileiro, buscando aprofundar questões de segmentos específicos – como os das mulheres pescadoras, quilombolas, indígenas, quebradeiras de coco babaçu, assentadas, agricultoras familiares, extrativistas e outras que compõem uma diversidade de identidades e territorialidades (Aguiar, 2016). Nesse aspecto, destacam-se a criação de

movimentos de mulheres nordestinas, como o "Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE), o Movimento de Mulheres do Sertão Central em Pernambuco e o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu" (Aguiar, 2016, p. 274).

A ampliação de pautas e a diversidade de lutas abraçadas pelos movimentos de mulheres implicam a afirmação de que não há um feminismo único e homogêneo, mas, sim, feminismos, que possuem multiplicidade de discursos, objetivos, sujeitas e identidades. Os feminismos brasileiros apropriados pelos movimentos de mulheres, construídos em seus territórios por meio de suas cotidianidades e experiências no campo, nas florestas e nas águas, com identidades territoriais e culturais diversas, denunciam os impactos do sistema capitalista patriarcal, que tem as mulheres como principais sujeitas impactadas pelas estruturas dominantes da sociedade (Rapozo, 2022). Dentre os feminismos presentes nas pautas dos movimentos de mulheres, destacam-se o feminismo camponês e popular e o feminismo comunitário, ambos articulados à realidade das mulheres do campo.

O feminismo camponês e popular emerge da diversidade de sujeitas que compõem o campesinato brasileiro, refletindo a pluralidade de identidades e territorialidades presentes no campo (Calaça, Conte & Cinelli, 2018). Esse feminismo é essencialmente vinculado à realidade e ao cotidiano das mulheres camponesas latino-americanas, assentando-se em um tripé de construção sociopolítica, por meio da organização popular, da luta de massas e da formação política, tendo como objetivo a libertação das mulheres por meio de práticas cotidianas de resistência às estruturas de dominação-exploração-patriarcal-racista-capitalista, protagonizadas por mulheres camponesas latino-americanas em suas diversidades e pluralidades (Azevedo, 2021; Taboas, 2018).

O feminismo comunitário, por sua vez, ao se distanciar de práticas fragmentadas, propõe-se à construção coletiva como princípio fundamental, defendendo que as lutas das mulheres não podem ser dissociadas das lutas territoriais, ambientais ou contra o capitalismo, uma vez que estas estão inseridas em um contexto mais amplo de transformação social, no qual a defesa da vida e dos territórios se torna o principal objetivo (Carvajal, 2019). Conforme Paredes (2017), o feminismo comunitário trata-se de um feminismo útil à luta dos povos, na medida em que emerge das práticas coletivas e se orienta para a garantia da permanência dos povos em seus territórios e da continuidade de seus modos de vida, assegurando condições de soberania e segurança. Nessa perspectiva, o feminismo comunitário também se apresenta como um espaço de reflexão e de enfrentamento descolonizador, ao propor "um espaço de discussão e de desafios descolonizadores" (Carvajal, 2019, p. 79), afrontando as bases do pensamento hegemônico. Ambos os feminismos convergem, contudo, na perspectiva descolonizadora e na afirmação de que a auto-organização feminina é condição indispensável para o enfrentamento das estruturas

coloniais-patriarcais-racistas da sociedade (Calaça, Conte & Cinelli, 2018).

Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: o Banco DATALUTA e a abordagem geográfica dos movimentos sociais

Parte-se do entendimento de que a abordagem dos movimentos sociais no âmbito das Ciências Sociais, especialmente da Sociologia Rural, é necessária, mas não suficiente para apreender, em sua totalidade, as ações coletivas de movimentos que têm o território como seu trunfo, criando novos espaços de socialização política para conquistar territórios e manifestando seus usos em uma relação intrínseca com o *locus* de atuação política e social (Fernandes, 2005; Fernandes e Sobreiro Filho, 2023). Nas Ciências Sociais, no campo da Sociologia, os movimentos sociais podem ser definidos como "[...] uma coletividade excluída que mantém uma interação sustentada com as elites econômicas e políticas em busca de mudança social" (Almeida, 2020, p. 25, tradução livre), perspectiva na qual o território aparece, predominantemente, como palco das formas de organização, mobilização e reivindicação coletiva (Moura; Silva, 2008; Alonso, 2009; Tilly; Tarrow, 2015; Fernandes; Sobreiro Filho, 2023).

Embora essa tradição tenha contribuído decisivamente para a compreensão das ações coletivas, a Geografia Agrária Crítica propõe ampliar esse olhar ao considerar que as relações sociais são inseparáveis das relações espaciais e territoriais. Nessa perspectiva, a análise desloca-se da categoria geral de "movimentos sociais" para as categorias de movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais, enfatizando que a ação coletiva não é produzida apenas nas relações entre sujeitos (sujeito-sujeito), mas também nas relações entre sujeitos e territórios (sujeito-território) e nas múltiplas interações entre sujeitos, territórios e suas mediações (sujeito-território-sujeito). Trata-se, portanto, de compreender que "[...] objetos produzem ações que produzem objetos" (Fernandes e Sobreiro Filho, 2023, p. 354), em um movimento contínuo de produção do espaço.

Essa leitura permite compreender o espaço como uma realidade multidimensional e multiescalar, produzida pelas relações sociais e, ao mesmo tempo, produtora dessas relações (Santos, 2002; Fernandes, 2008). É nesse movimento que emerge a conflitualidade, entendida como o

> [...] conjunto de conflitos formado em espaços e territórios do presente e do passado, ou seja, ela é formada por espacialidades e territorialidades em diversas dimensões e escalas, o que significa dizer que um espaço de desigualdade e exclusão, que produz um movimento, não é resultado de somente um conflito, não pode ser entendido em si mesmo, mas, sim, na sua conflitualidade. (Fernandes e Sobreiro Filho, 2023, p. 357).

Assim, a conflitualidade deixa de ser compreendida apenas como resultado de disputas entre atores sociais e passa a expressar as próprias dinâmicas de produção, apropriação e transformação do espaço e do território.

Nessa perspectiva, enquanto os movimentos socioespaciais produzem mediações do espaço, criando novas espacialidades e espacializações, como ocorre com as ações de audiências públicas, reuniões de planejamento e discussão de agendas, usos de cargos políticos e/ou administrativos, ocupações de prédios públicos, bloqueios de vias públicas e outras formas, os movimentos socioterritoriais transformam os espaços em territórios, apropriando-se material e simbolicamente deles e produzindo novas territorialidades e territorializações, como nos casos de ocupações de terras, da Reforma Agrária Popular, constituindo assentamentos, cooperativas e outras formas permanentes de organização territorial (Fernandes, 2005). Sendo essas as principais propriedades primárias do espaço e do território em movimento – a espacialidade/espacialização, a territorialidade/territorialização –, ou "[...] os movimentos de seus sistemas de objetos e sistemas de ações que produzem suas propriedades" (Fernandes, 2005, p. 356), coloca-se a questão de saber em que medida os movimentos socioterritoriais, por meio de seus usos e apropriações do espaço e do território, influenciam também a produção de novas estatalidades (Ros, 2016). Desde uma perspectiva geográfica crítica, espaço e território são simultaneamente produtos e produtores das relações sociais (Santos, 2002; Fernandes, 2004; 2005) e, em sua conflitualidade, movimentam-se em processos de expansão e criação, refluxo e destruição. Quando esses quatro processos ocorrem de maneira articulada, configura-se o movimento de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (TDR) (Fernandes, 2005).

No processo histórico de TDR, a conflitualidade constitui elemento inerente à expansão do capitalismo agrário e às diferentes formas de reprodução do campesinato (Fernandes, 2004; 2005). A expansão do capital sobre o campo tende a produzir processos de concentração fundiária, expropriação e subordinação do trabalho, que podem resultar tanto na proletarização quanto em formas diferenciadas de integração da agricultura familiar às formas de produção e comercialização (Martins, 1991; Carneiro, 2008; Van der Ploeg, 2008; Svampa, 2014; 2015; Bruno, 2016; Sauer, 2024). Em resposta a essas dinâmicas, diferentes movimentos socioterritoriais constroem estratégias de resistência, permanência e recriação do campesinato por meio da luta pela terra, da organização coletiva, da cooperação produtiva, da agroindustrialização familiar e de outras formas de autonomia territorial – para mais, veja-se o caso levantado por Fonseca (2025).

É nesse contexto que se inserem os movimentos socioespaciais e socioterritoriais de mulheres rurais. Suas ações articulam a luta pela terra e pelo território a reivindicações relacionadas à reprodução social do campesinato, à autonomia econômica, à igualdade de gênero e à ampliação de

direitos, produzindo formas específicas de organização política que combinam dimensões agrárias, territoriais e de reconhecimento social.

No processo de espacialização de suas ações, esses movimentos realizam diferentes formas de ação pública, como eventos, deslocamentos coletivos e ocupações de terra (Tabela 3). A análise dessas ações, articuladas à leitura territorial da ação coletiva proposta pela Geografia Agrária Crítica, permite compreender o processo de TDR não apenas como expressão da resistência aos avanços do capitalismo no campo, principalmente sobre as mulheres, mas também como movimento de (r)existência e (re)criação de territorialidades (Silva; Sobreiro Filho; Fernandes, 2021; Hurtado; Porto-Gonçalves, 2022). É a partir dessa perspectiva que este trabalho investiga, na seção seguinte, como os repertórios de ação mobilizados pelos movimentos de mulheres rurais expressam diferentes formas de produção do espaço, do território e de suas relações com o Estado, contribuindo para a construção de novas institucionalidades estatais e socioterritoriais (Ros, 2016; Olivarez; Fonzo, 2021; Jorge; Machado, 2023; Marcos, 2025).

Aportes teóricos-metodológicos do trabalho: os repertórios de ação e a indissociabilidade do espaço e das coisas no espaço

Se a seção anterior procurou demonstrar que a compreensão dos movimentos socioterritoriais exige considerar a produção do espaço e do território como dimensão constitutiva da ação coletiva, cabe agora discutir como essas ações podem ser apreendidas empiricamente. Para tanto, este trabalho adota como referência o conceito de repertórios de ação, desenvolvido no âmbito da Teoria do Processo Político (TPP), especialmente por Charles Tilly e colaboradores (McAdam; Tarrow; Tilly, 2003; Tilly, 2010; Tilly; Wood, 2015; Tilly; Tarrow, 2015).

Na perspectiva da TPP, a política contenciosa corresponde às interações em que diferentes atores formulam reivindicações relacionadas aos interesses de outros atores, envolvendo esforços coordenados em torno de objetivos compartilhados e tendo o Estado, normalmente, como alvo, mediador ou participante dessas disputas (Tilly; Tarrow, 2015). Nesse contexto, os repertórios de ação constituem o conjunto de formas historicamente construídas pelas quais os movimentos sociais tornam públicas suas reivindicações, organizam campanhas, coordenam ações coletivas e demonstram publicamente seus valores, unidade, números e comprometimento (VUNC). Longe de constituírem um conjunto fixo de estratégias, os repertórios transformam-se historicamente à medida que se alteram as oportunidades políticas, os contextos institucionais e as próprias experiências acumuladas pelos movimentos (Alonso, 2009; Tilly, 2010; Tilly; Wood, 2015).

Neste trabalho, entretanto, os repertórios de ação não são

compreendidos apenas como formas historicamente disponíveis de reivindicação, mas como formas espacialmente situadas de produção da ação coletiva (Silva; Sobreiro Filho; Fernandes, 2021; Fernandes; Sobreiro Filho, 2023). Isso significa que a análise dos repertórios não se limita à identificação das performances públicas dos movimentos, buscando compreender como essas formas de ação produzem espacialidades, territorialidades e novas relações entre sujeitos, instituições e territórios. A incorporação da Geografia Agrária Crítica, por meio de uma Teoria da Desfragmentação do Espaço (Silva; Sobreiro Filho; Fernandes, 2021), à TPP permite, assim, interpretar os repertórios como expressões materiais da indissociabilidade entre as ações coletivas e os espaços produzidos, fundamento que orienta a metodologia desenvolvida pelo Banco DATALUTA e a operacionalização analítica adotada neste trabalho.

A operacionalização empírica dos repertórios de ação foi realizada a partir do Banco de Dados das Lutas por Espaços e Territórios (Banco DATALUTA), desenvolvido pela Rede DATALUTA com o objetivo de investigar, sistematizar e analisar ações e conflitualidades protagonizadas por movimentos socioespaciais, movimentos socioterritoriais e outras instituições nos espaços agrário, urbano, da floresta e das águas (Fernandes; Pereira, 2025). Fundamentado na perspectiva geográfica, o banco busca registrar não apenas a ocorrência de ações coletivas, mas também as relações estabelecidas entre sujeitos, instituições, pautas e territórios, permitindo compreender diferentes formas de produção do espaço e do território.

Desde 2019, o Banco DATALUTA vem aperfeiçoando uma metodologia baseada na pesquisa hemerográfica (Sampaio, 2014) para levantamento, coleta, sistematização e análise de informações provenientes de jornais eletrônicos captados automaticamente pela ferramenta Google Alerts e posteriormente registradas em formulário eletrônico desenvolvido na plataforma JotForm (Lima; Moura; Almeida, 2025). O sistema monitora aproximadamente cem palavras-chave relacionadas aos movimentos socioterritoriais e socioespaciais – algumas como "agricultura familiar", "educação do campo", "luta pela terra", entre outras –, possibilitando a identificação cotidiana de notícias potencialmente relevantes para a composição do banco (Lima *et al.*, 2025). Após a captura, cada notícia é arquivada em formato digital (*.pdf*), armazenada em ambiente virtual e submetida ao processo de classificação e registro.

O registro das notícias obedece a quatro critérios fundamentais. O primeiro refere-se ao espaço da ação, identificando o município onde a ação coletiva ocorreu, o código IBGE vinculado, o estado (CE, RN, BA etc.) e a macrorregião (N, NE, CO etc.). O segundo corresponde ao tempo da ação, sendo registradas apenas ações ocorridas ou em curso, excluindo-se anúncios de eventos futuros (Almeida; Santos; Baratelli, 2023). O terceiro consiste na identificação nominal do movimento socioespacial ou socioterritorial envolvido, compreendendo tanto movimentos consolidados quanto

protomovimentos (Silva; Fernandes; Sobreiro Filho, 2021; Fernandes; Sobreiro Filho, 2023). Por fim, registra-se a própria ação coletiva, categoria que possibilita identificar os repertórios mobilizados, sua frequência, abrangência e formas de manifestação.

Essas informações são organizadas em um banco estruturado em sete blocos de registro e vinte e quatro categorias analíticas, abrangendo (i) a identificação do responsável pelo registro, (ii) os dados da notícia, (iii) a localização da ação, (iv) os dados da ação, (v) os dados do movimento, (vi) os dados da instituição e (vii) os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). O Quadro 1 sintetiza os blocos.

Quadro 1 – Blocos de registros das notícias no *JotForm*, por categorias e variáveis (trabalhadas até 2024)

Bloco	Categorias	Variáveis
Identificação do Responsável pelo Registro	Código da Notícia	-
	Nome do Responsável	Nome; Sobrenome
	E-mail	-
Dados da Notícia	Título da Notícia	-
	Fonte da Notícia	-
	Tipo de Fonte	Corporativa; Popular; Institucional
	Data da Notícia	-
Localização da Ação	Local da Ação	Macrorregião; Estado; Município; Código do IBGE
	Ação Virtual	Sim; Não; Híbrida
	Escala da Ação	Internacional; Nacional; Macrorregional; Estadual; Municipal
Dados da Ação	Ação Matriz e Ação Derivada	13 Ações Matrizes; 74 Ações Derivadas
	Finalidade da Ação	Propositiva; Defensiva; Conquistada; Reivindicativa; Sofrida
	Pauta	40 Pautas
	Data da Ação	Data Inicial; Data Final

	Modalidade da Ação	Ação de mediação do espaço; Ação de apropriação do espaço
Dados do Movimento	Tipo de Movimento	17 Tipos
	Nome do Movimento	31 Nomes*
	Cadastrar Outros Movimentos	-
	Quantidade de Pessoas	-
	Quantidade de Famílias	-
Dados da Instituição	Tipo e Nome da Instituição	9 Tipos; 93 Nomes
	Cadastrar Novo Nome	-
	Tipo de Interação	Apoio; Conflito; Confronto; Cooperação; Negligência; Não se aplica
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	ODS	18 ODS
* São 30 (trinta) "Nomes" e um "Não consta na listagem", que pode ser inserido na coluna procedente.		

Fonte: Elaborado pelos autores (2026), a partir de DATALUTA (2026).

Conforme apresentado no Quadro 1, a estrutura do Banco DATALUTA procura integrar diferentes dimensões da ação coletiva em uma única unidade de registro. As variáveis distribuem-se entre dimensões informacionais, espaço-temporais, relacionais, temáticas, institucionais e normativas, permitindo analisar simultaneamente quem atua, onde atua, sobre quais pautas atua, quais repertórios mobiliza e com quais instituições estabelece relações de apoio, cooperação, conflito ou confronto. Essa organização permite articular diferentes escalas de análise e constitui um dos principais diferenciais metodológicos do Banco para os estudos sobre movimentos socioterritoriais.

Como toda pesquisa baseada em fontes jornalísticas, entretanto, a metodologia apresenta algumas limitações que devem ser consideradas. A primeira refere-se ao enquadramento discursivo (*framing*) produzido pelas linhas editoriais dos diferentes veículos de comunicação, responsáveis por selecionar, hierarquizar e interpretar os acontecimentos que se tornam notícia (Moy; Tewksbury; Rink, 2016). Disputas por semânticas, como aquelas entre "ocupação de terra" (Moncau, 2024) e "invasão de terras" (Grandi, 2024), por exemplo, expressam diferentes enquadramentos atribuídos a uma mesma ação coletiva. Em segundo lugar, embora o conjunto de palavras-chave utilizado pelo *Google Alerts* seja continuamente atualizado pela Rede, ele não contempla integralmente o universo de categorias relacionadas aos movimentos

socioterritoriais, podendo ocasionar a não captura de notícias potencialmente relevantes. Soma-se a isso o fato de que a lógica de noticiabilidade tende a privilegiar ações mais visíveis e eventos de maior repercussão pública, inviabilizando o registro de processos cotidianos de organização, violências e resistências (Almeida, 2020). Finalmente, a própria dinâmica jornalística tende a fragmentar processos contenciosos mais amplos em acontecimentos isolados, registrando, muitas vezes, apenas o momento final de um ciclo de mobilização e dificultando a apreensão da continuidade das ações coletivas (Tilly; Tarrow, 2015).

A pesquisa utiliza como universo empírico os registros do Banco DATALUTA referentes aos movimentos socioterritoriais e socioespaciais atuantes no Nordeste brasileiro (NE) entre os anos de 2020 e 2024. A escolha desse recorte temporal justifica-se por compreender o período em que o Banco DATALUTA apresenta maior estabilidade metodológica, padronização dos registros e consolidação de suas categorias analíticas, possibilitando maior confiabilidade e comparabilidade entre os dados produzidos. O recorte regional, por sua vez, decorre dos objetivos da pesquisa, voltados à análise das ações coletivas desenvolvidas por movimentos de mulheres no Nordeste.

No período considerado, o Banco registrou 574 ações coletivas de movimentos socioterritoriais e socioespaciais no NE, distribuídas em 226 registros em 2020, 95 em 2021, 82 em 2022, 119 em 2023 e 52 em 2024. Desse universo, foram identificados 37 registros relacionados diretamente aos movimentos de mulheres rurais, correspondendo a aproximadamente 6,5% do total de ações registradas para a região no período acumulado analisado. Essa distribuição evidencia, por um lado, a especificidade do objeto investigado e, por outro, a necessidade de procedimentos adicionais de seleção capazes de identificar ações coletivas que, embora protagonizadas por mulheres, nem sempre aparecem explicitamente classificadas nas categorias originais do Banco.

A seleção das notícias ocorreu em três etapas complementares. Inicialmente, foram filtrados, para cada ano da série histórica, todos os registros na pauta "Luta feminista". Em seguida, realizou-se procedimento análogo utilizando a categoria "Feminista" presente na variável "Tipo de movimento". Após a unificação dessas duas bases e a eliminação dos registros duplicados, procedeu-se à leitura das notícias remanescentes por meio da busca pelos termos "mulher" e "mulheres", incorporando-se ao conjunto final aquelas ações coletivas que, embora classificadas em outras pautas ou tipos de movimentos, apresentavam protagonismo feminino em sua organização ou execução. Esse procedimento permitiu ampliar a capacidade de identificação do objeto empírico sem alterar a estrutura original das categorias desenvolvidas pela Rede.

Conforme apresentado no bloco metodológico anterior, o Banco reúne 24 categorias distribuídas em sete (7) blocos de registro. Entretanto, nem todas

essas categorias são mobilizadas neste trabalho. Para responder aos objetivos da pesquisa, a análise concentra-se em três conjuntos de variáveis: (i) as Ações Matrizes e suas respectivas Ações Derivadas, que permitem identificar as formas materiais assumidas pelos repertórios de ação – ver próximo bloco; (ii) as Pautas, que expressam os conteúdos das reivindicações e dos conflitos; e (iii) o Tipo de movimento, utilizado para delimitar o universo empírico da pesquisa. A seleção dessas categorias decorre da compreensão de que elas sintetizam os elementos centrais necessários para interpretar como os movimentos de mulheres articulam diferentes formas de ação coletiva, diferentes objetos de reivindicação e diferentes estratégias de produção do espaço e do território.

Embora o Banco DATALUTA contemple um conjunto amplo de categorias destinadas ao registro das ações coletivas, este trabalho concentra sua análise nas três variáveis dispostas acima.

Entre essas categorias, privilegiaram-se, analiticamente, as Ações Matrizes, entendidas como a forma geral assumida pela ação coletiva no processo contencioso (Fernandes; Sobreiro Filho, 2023). As Ações Derivadas, por sua vez, correspondem às materializações concretas dessas formas gerais em situações historicamente determinadas. Por exemplo, enquanto uma manifestação constitui uma ação matriz, marchas, caminhadas, passeatas e protestos correspondem às diferentes ações derivadas por meio das quais essa forma se concretiza. De maneira semelhante, a ocupação constitui uma ação matriz, enquanto as ocupações de terra, de prédios públicos, de rodovias ou de equipamentos privados representam diferentes desdobramentos territoriais dessa mesma categoria. Ao privilegiar as ações matrizes, busca-se apreender padrões relativamente estáveis dos repertórios de ação, preservando a diversidade empírica expressa pelas ações derivadas.

Para fins exclusivamente analíticos, as 13 ações matrizes atualmente registradas no Banco foram agrupadas em quatro (4) grandes blocos interpretativos: (i) ações de confronto e pressão; (ii) (inter)ações institucionais; (iii) ações de reprodução social e econômica; e (iv) ações comunicativas e organizativas. Essa organização não altera a classificação original desenvolvida pela Rede, mas procura reduzir a dispersão analítica das categorias, evidenciando aproximações quanto às formas predominantes de atuação dos movimentos socioterritoriais.

O primeiro bloco reúne as ações de confronto e pressão política, caracterizadas por formas públicas de contestação, resistência e disputa em torno da produção do espaço (Silva; Fernandes; Sobreiro Filho, 2021). Inserem-se nesse conjunto manifestações, ocupações, bloqueios e outras ações que expressam aquilo que Tilly e Tarrow (2015) denominam *contentious politics* (política contenciosa), voltadas à reivindicação, defesa ou ampliação de direitos.

O segundo bloco compreende as (inter)ações institucionais, reunindo repertórios desenvolvidos nas relações entre movimentos socioterritoriais e

Estado. Para além do confronto, incluem-se aqui formas de participação institucionalizada, negociações, reuniões, incidência sobre políticas públicas, ocupação de cargos públicos e outros mecanismos de interlocução e cooperação institucional, conforme discutido por Abers, Serafim e Tatagiba (2014), Barroca (2021) e Silva, Bronzo e Brasil (2024). Essas ações evidenciam que os repertórios dos movimentos também se constroem por meio de canais formais de participação e de produção compartilhada de políticas públicas.

O terceiro bloco corresponde às ações de reprodução social e econômica, abrangendo repertórios relacionados às condições materiais de reprodução da vida e do território. Incluem-se nessa categoria ações de produção, comercialização, arrecadação solidária, execução de serviços, práticas cooperativas e outras iniciativas voltadas à construção de formas autônomas de organização econômica e territorial. Mais do que reivindicar direitos, essas ações expressam processos de criação e fortalecimento de novas territorialidades, aproximando-se das discussões sobre autonomia camponesa e desenvolvimento territorial (Alkmin, 2025).

Por fim, o quarto bloco reúne as ações comunicativas e organizativas, compreendendo repertórios voltados à disputa pública de narrativas, à circulação de informações e à organização política dos movimentos. Inserem-se nesse conjunto cartas abertas, notas públicas, abaixo-assinados, campanhas, produções audiovisuais, eventos, assembleias, seminários, fóruns e outras formas de construção de sociabilidades políticas que ampliam a visibilidade das reivindicações e fortalecem a articulação coletiva (Ruskowski et al., 2020; Mendonça; Abreu; Sarmento, 2021).

Além das formas assumidas pelas ações coletivas, a análise considera também os conteúdos das ações expressos na categoria Pauta. Atualmente, o Banco registra quarenta (40) pautas distintas, construídas ao longo do processo de desenvolvimento metodológico da Rede. Para os objetivos deste trabalho, essas quarenta categorias foram agrupadas em cinco blocos analíticos: (a) Questão Agrária, (b) Conflitos Socioambientais, (c) Produção da Vida Material, (d) Direitos e Cidadania e (e) Cultura e Identidade. Os blocos buscam reduzir a dispersão temática das informações e favorecer a comparação entre diferentes repertórios de ação, sem alterar a classificação original do Banco (Quadro 2).

Quadro 2 – Blocos de pautas da Rede DATALUTA

Bloco	Pauta
Questão Agrária	Agricultura Familiar Camponesa; Reforma Agrária; Reforma Agrária Popular; Luta pela Terra; Regularização Fundiária; Grilagem de Terras; Despejo; Resistência à Desterritorialização
Conflitos Socioambientais	Agroecologia; Contra o Uso de Agrotóxicos; Contra o Agronegócio; Defesa da Natureza; Mudanças Climáticas; Energias Renováveis; Mineração; Luta pela Água

Produção da Vida Material	Economia Solidária; Produção; Segurança Alimentar e Nutricional; Soberania Alimentar; Fome; Tecnologias Socioterritoriais
Direitos e Cidadania	Direitos Humanos; Defesa de Direitos; Defesa da Democracia; Políticas Públicas; Saúde; Educação do Campo; Juventude; LGBTQIAPN+; Luta Antirracista; Luta Feminista; Luta contra o Trabalho Escravo
Cultura e Identidade	Cultura; Formação; Sem Terrinha; Solidariedade; Turismo; Violência no Campo; Infraestrutura

Fonte: Elaborado pelos autores (2026), a partir de DATALUTA (2026).

Os cinco blocos sintetizam diferentes dimensões das reivindicações mobilizadas pelos movimentos socioterritoriais. O bloco Questão Agrária reúne pautas relacionadas ao acesso, uso e permanência na terra – centrais na análise da Questão Agrária (Fernandes, 2004); Conflitos Socioambientais contempla disputas envolvendo recursos naturais e modelos de desenvolvimento alternativos; Produção da Vida Material abrange ações voltadas às condições econômicas e produtivas da reprodução social; Direitos e Cidadania concentra reivindicações relacionadas à ampliação de direitos e políticas públicas – concentrando grande parte dos "novos movimentos sociais" destacados por Alonso (2009); e Cultura e Identidade incorpora pautas associadas aos processos de formação, reconhecimento, memória e produção simbólica de territórios. Essa reorganização busca evidenciar aproximações substantivas entre pautas frequentemente mobilizadas de forma articulada pelos movimentos.

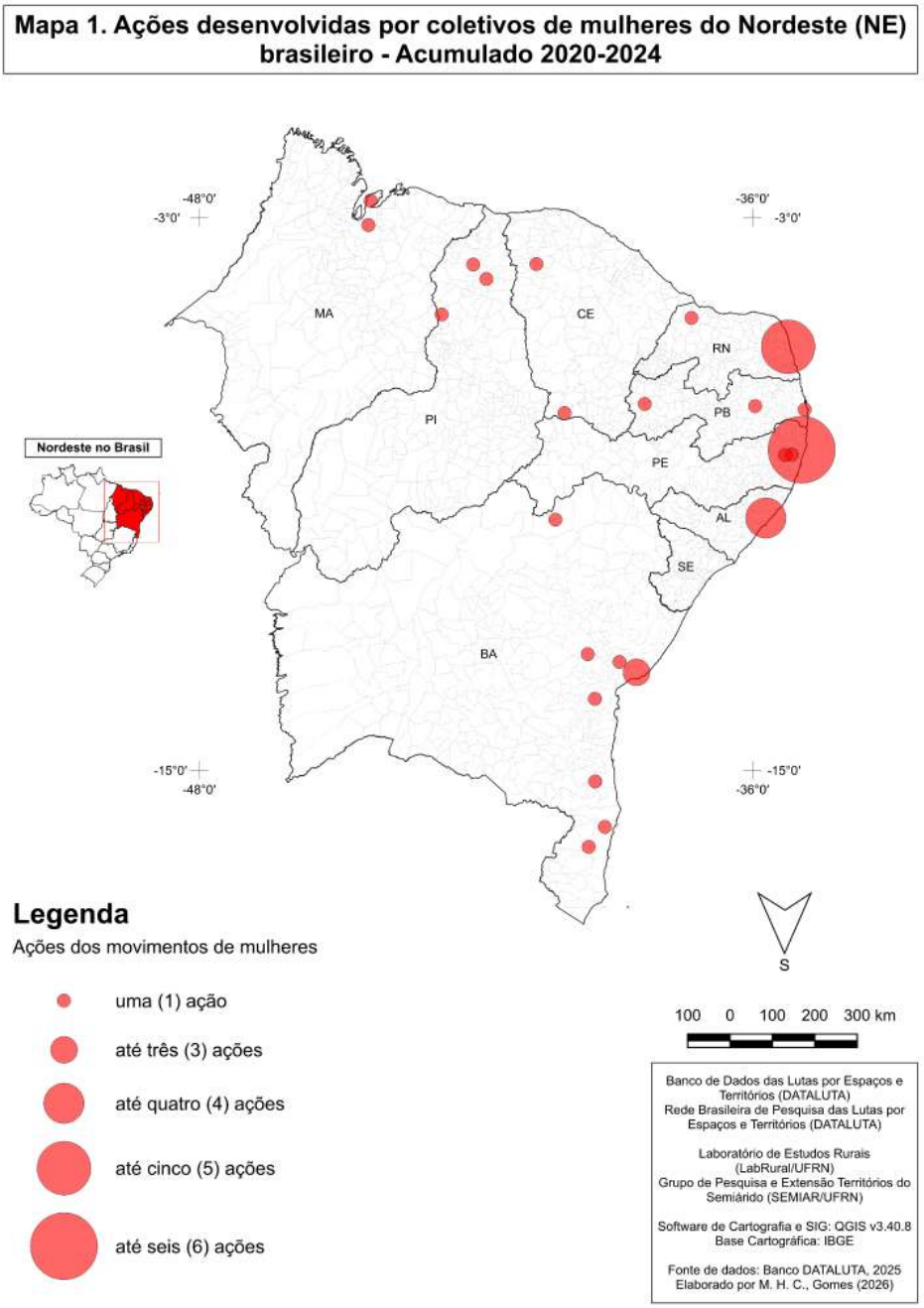
Por fim, a leitura proposta neste trabalho parte da compreensão de que pautas e ações (matrizes e derivadas) constituem dimensões complementares de um mesmo processo de ação coletiva. As pautas expressam os conteúdos das reivindicações; as ações matrizes representam as formas gerais por meio das quais essas reivindicações se materializam territorialmente; e as ações derivadas correspondem às manifestações concretas dessas formas em contextos históricos específicos (Fernandes; Sobreiro Filho, 2023). Nessa perspectiva, os repertórios de ação podem ser compreendidos como a articulação entre aquilo que os movimentos reivindicam, as formas pelas quais tornam públicas essas reivindicações e os diferentes usos e apropriações do espaço e do território produzidos ao longo desse processo. É essa articulação entre conteúdo, forma e territorialização da ação coletiva que orienta as análises desenvolvidas na seção seguinte.

As ações dos movimentos de mulheres em contextos de lutas no Nordeste brasileiro

Como resultado das buscas no DATALUTA, obtiveram-se quatro (4) notícias no ano de 2020, seis (6) em 2021, quatro (4) em 2022, sete (7) em 2023 e,

por fim, dezesseis (16) em 2024, o ano mais expressivo da série, totalizando trinta e sete (37) registros. Em relação à espacialidade, foi catalogada pelo menos uma (1) ação em, pelo menos, um (1) município de cada estado nordestino brasileiro, exceto em Sergipe (SE). A quantidade de ações realizadas pelos movimentos feministas está representada na Figura 1, que corresponde a um mapa de pontos que espacializa o quantitativo de ações por município, a partir de seus recortes estaduais.

Figura 1 – Geografia das ações dos movimentos de mulheres no Nordeste brasileiro a partir do DATALUTA – Acumulado 2020-2024



Fonte: Elaborado pelos autores (2026), a partir de DATALUTA (2026).

No tocante aos dados encontrados no Banco, foram identificadas ações realizadas por movimentos de mulheres rurais, tais como o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), a Marcha Mundial de Mulheres (MMM), o Movimento Feminino Popular (MFP) e o Movimento Interestadual de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). Para além dos movimentos de mulheres, observaram-se ações conjuntas com demais movimentos, organizações e articulações que realizaram atividades envolvendo pautas relacionadas às mulheres, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA). Os movimentos catalogados estão contidos na Tabela 1.

Tabela 1 – Movimentos socioespaciais, socioterritoriais e de mulheres - 2020-2024

Nome	N
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)	19
Marcha Mundial de Mulheres (MMM)	4
Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)	2
Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA Brasil)	2
Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST)	2
Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)	2
Associação dos Pequenos Agricultores da Comunidade do Riacho do Caboclo (Asparc)	1
Comissão Pastoral da Terra (CPT)	1
Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)	1
Grupo Dandara	1
Comunidade Quilombola Sussuarana	1
Marcha das Mulheres Negras do Brasil	1
Movimento Feminino Popular (MFP)	1
Movimento Interestadual de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB)	1
Rede Elas Negras Conexões (AREC)	1
Coordenação Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq)	1
Associação Remanescente Quilombo Sítio Veiga	1
Comunidade Quilombola de Batoque	1
Tambor de Crioula Coroa de São Benedito	1
Total	44

Fonte: Elaborado pelos autores (2026), a partir de DATALUTA (2026).

A diversidade de coletivos evidenciada na Tabela 1 revela que a luta dos movimentos de mulheres rurais se estrutura por meio de redes de ações coletivas articuladas por diferentes sujeitos que compartilham pautas em

comum. Nesse contexto, a expressiva atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA Brasil) e da Marcha Mundial das Mulheres (MMM), observada na tabela, demonstra a convergência de pautas entre esses atores. Essa articulação fortalece os processos de territorialização das lutas ao ampliar os espaços de formação e organização política, possibilitando que pautas relacionadas à autonomia das mulheres, ao enfrentamento das desigualdades de gênero e à valorização do trabalho feminino passassem a integrar os debates desses movimentos. Com isso, as mulheres conseguiram inserir demandas historicamente invisibilizadas em agendas políticas mais amplas e, assim, deixaram de ser tratadas como questões restritas aos movimentos feministas.

Nota-se, na tabela acima, que há um número maior de aparições de movimentos (44) em relação às ações (37) catalogadas. Esse fato ocorre devido à intersecção de mais de um movimento na realização de alguns atos cadastrados pelo DATALUTA e à capacidade organizativa dos movimentos de se articularem em múltiplas escalas e pautas, construindo ações coletivas em rede (Silva, Fernandes e Sobreiro Filho, 2021). A partir desse fato, percebe-se que os movimentos caminham juntos na luta, interagindo e promovendo ações que possuem as mesmas pautas de discussão. Nesse contexto, as pautas defendidas pelos movimentos são traduzidas em ações que buscam alertar a sociedade para a importância das temáticas discutidas, a fim de inseri-las em programas governamentais e transformá-las em políticas públicas (Matheus e Feliciano, 2025).

A partir dessa discussão, as Tabelas 2 e 3 apresentam as pautas, ações matrizes e ações derivadas protagonizadas pelos movimentos catalogados (Tabela 1) neste estudo. Na Tabela 2, encontram-se 13 (treze) pautas e oito (8) ações matrizes distintas referentes às 37 (trinta e sete) ações realizadas pelos movimentos catalogados. No tocante à Tabela 3, foram identificadas 18 (dezoito) ações derivadas correspondentes às oito (8) ações matrizes.

Tabela 2 – Pautas e ações matrizes no tocante às mulheres - 2020-2024

Pautas	N	Ação Matriz	N
Luta feminista	16	Eventos	9
		Deslocamento coletivo	3
		Comunicativa	2
		Ocupação	2
Agroecologia	5	Produção	4
		Comunicativa	1
Luta pela terra	3	Ocupação	2
		Eventos	1

Quintais produtivos	2	Comercialização	1
		Produção	1
LGBTQIA+	2	Comunicativa	1
		Festividades, ritos e lazer	1
Defesa da democracia	2	Deslocamento coletivo	2
Segurança Alimentar	1	Arrecadação de recursos ou execução de serviços	1
Defesa de direitos	1	Deslocamento coletivo	1
Mudanças climáticas	1	Eventos	1
Cultura	1	Eventos	1
Luta antirracista	1	Festividades, ritos e lazer	1
Políticas públicas	1	Ocupação	1
Reforma Agrária	1	Ocupação	1
Total	**37**	**Total**	**37**

Fonte: Elaborado pelos autores (2026), a partir de DATALUTA (2026).

Tabela 3 – Ações Matrizes e Derivadas / Mulheres - 2020-2024

Ação Matriz	N	Ação Derivada	N
Eventos	12	Encontro	6
		Jornada de lutas	3
		Assembleia/Plenária	1
		Campanha	1
		Premiação	1
Deslocamento coletivo	6	Marcha	4
		Passeata	2
Ocupação	6	Acampamento	2
		Ocupação de prédio público	2
		Ocupação de espaço público	1
		Ocupação de terra	1
Produção	5	Produção de alimentos saudáveis	5
Comunicativa	4	Entrevista concedida	2
		Documento de formação e informação dos movimentos	1
		Nota de repúdio	1
Festividades, ritos e lazer	2	Festividades culturais	2
Arrecadação de recursos ou execução de serviços	1	Doação de alimentos	1

Comercialização	1	Mercado institucional	1
Total	**37**	**Total**	**37**

Fonte: Elaborado pelos autores (2026), a partir de DATALUTA (2026).

As ações coletivas sistematizadas pelo DATALUTA, apresentadas na Tabela 3 por meio de ações matrizes e derivadas, expressam as formas de organização e representam o caráter dinâmico dos movimentos e as suas múltiplas formas de atuação. Nesse aspecto, é a partir da expressividade das pautas apresentadas na Tabela 2 e da diversidade de ações coletivas desenvolvidas pelos movimentos de mulheres expostos na Tabela 3 que buscamos apreender a atuação desses coletivos femininos, em articulação com outros movimentos, em âmbito regional. A partir do exposto, a discussão a seguir discorrerá sobre a espacialidade e as estratégias de produção do espaço, resistência e processos de transformação social que os movimentos produzem a partir da reprodução e da defesa de seus modos de vida.

No que concerne à ação de eventos, a ação derivada de encontros destaca-se como a mais expressiva, contabilizando seis ações realizadas. Esses encontros, protagonizados majoritariamente por movimentos populares de mulheres, tiveram como objetivo discutir temas como soberania alimentar, violência contra as mulheres, igualdade de gênero, letramento racial, anticapitalismo e antipatriarcado. A partir da análise dos dados, destacam-se alguns eventos, como o 3º Encontro Nacional da Marcha Mundial das Mulheres (MMM), realizado em Natal (RN); o Encontro Regional de Mulheres Negras do Nordeste, em Recife (PE); e o IV Encontro Nacional das Mulheres Camponesas do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), em Salvador (BA).

A realização dessas ações ressalta a importância desses coletivos na promoção da discussão de temas necessários e urgentes, incentivando lutas e resistências contra práticas diretamente associadas a ações machistas, misóginas e racistas. Para além dessa importância, observa-se que a formação de espaços de construção coletiva, formação política e colaboração mútua, como os eventos, demonstra que os movimentos coletivos propõem debates acerca de temáticas que se mostram necessárias para suas realidades e para a sociedade em geral. Assim, a participação de camponesas e a organização de eventos por movimentos de mulheres rurais reafirmam o protagonismo feminino como agente central nos processos de transformação social.

Com relação às jornadas de luta, observa-se a realização de três ações, ocorridas nos estados de Pernambuco, Bahia e Alagoas, voltadas à discussão do combate à fome, da violência contra as mulheres e da reforma agrária, com organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), entre outros. O recorte explora algumas das pautas que os movimentos rurais vêm agregando. Mesmo sendo organizadas por outros movimentos, fica evidente que essas ações contam com uma participação expressiva de movimentos de mulheres, que elencam, entre

seus propósitos, temas relacionados às discussões de gênero. Esse conjunto de ações, com participação feminina ativa, ilustra a categoria de fluxos horizontais (Alvarez, 2014), baseada na propagação de discursos e atuações feministas frente aos setores paralelos da sociedade civil, conforme observado nas ações já elencadas. Assim, tais práticas revelam um repertório amplamente variado de temas adotados pelos movimentos e incorporados nesses espaços, instituindo-se como práticas reivindicativas voltadas às pautas sociais. Nesse aspecto, as ações derivadas de assembleia/plenária, campanha e premiação apresentaram uma ação cada. Tais ações propuseram discutir a atuação feminina a partir da pandemia de COVID-19 e das mudanças climáticas. Ademais, os atos catalogados salientam a importância da agroecologia, da justiça climática e da organização coletiva dos movimentos sociais.

Referente aos deslocamentos coletivos, notam-se quatro ações de marchas e duas de passeatas. Essas ações se alinham à concepção de eventos como instrumentos de fortalecimento das organizações e da identidade nos territórios (DATALUTA, 2025). Neves (2022) aponta que a marcha não é apenas um deslocamento físico, mas uma ferramenta pedagógica de ocupação do poder e de visibilidade de pautas que o patriarcado tenta silenciar. Portanto, esses movimentos baseiam-se em diferentes temáticas, que incluem defesa da democracia, combate ao racismo, à LGBTQIA+fobia, agroecologia associada ao feminismo, avanço das energias renováveis sobre os territórios e violência doméstica. Dentre essas ações, destacam-se o Ato Internacional de Combate à Violência contra as Mulheres, realizado no Maranhão (MA); a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, ocorrida em Montadas (PB); e a Marcha "Mulheres juntas pelo Brasil", em Recife (PE). Os principais movimentos atuantes nessas ações foram o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Marcha Mundial de Mulheres (MMM).

As duas passeatas levantam pautas semelhantes às das marchas, incorporando ainda temas como o fascismo e as eleições, surgidos no contexto das eleições presidenciais de 2022, em defesa do candidato à Presidência, Lula, e em oposição ao então presidente Jair Bolsonaro. Esses atos ocorreram em resposta às manifestações em apoio ao presidente Bolsonaro, realizadas uma semana antes, e às ofensivas bolsonaristas, como a morte de um petista no Mato Grosso e as ameaças a candidatos da esquerda. Além disso, somam-se as lutas contra a fome, em defesa da saúde sexual e reprodutiva, da saúde mental e diante das mudanças climáticas. Esses movimentos sociais, em cenários de crises sanitárias ou climáticas, estruturam redes de solidariedade para assegurar direitos a grupos em situação de vulnerabilidade, como o direito à alimentação, por exemplo (DATALUTA, 2025). Sob essa perspectiva, destaca-se o 13º Acampamento Estadual de Mulheres do Campo e da Cidade, ocorrido em Salvador (BA), que reuniu mais de mil pessoas e contou com a participação de cerca de vinte movimentos de todo o estado, reforçando a importância das lutas coletivas, sobretudo das mulheres, na busca por direitos e igualdade. Nessa

lógica, nota-se que as marchas e passeatas têm se constituído como espaços coletivos ocupados especialmente por movimentos de mulheres, atuando principalmente na reivindicação de direitos e justiça social.

A ação matriz de ocupação assume papel central no repertório dos movimentos de mulheres, configurando-se como uma estratégia política de resistência e afirmação territorial. Referente a essa ação, destacam-se as ações derivadas de acampamento, ocupação de prédio público e ocupação de espaço público, todas vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tendo como principais pautas a luta pela terra, a reforma agrária e a luta feminista. Conforme aponta Fernandes (2000, p. 281), "a ocupação é um processo socioespacial e político complexo que precisa ser entendido como forma de luta popular de resistência do campesinato, para sua recriação e criação", o que evidencia o seu papel central na organização das lutas no campo. Somado a isso, as ocupações também se manifestam para além da dimensão material, assumindo a forma de expressão política na medida em que "constituem uma linguagem simbólica, um modo de fazer afirmações por meio de atos, e um ato fundador de pretensões à legitimidade" (Sigaud, 2004, p. 19).

Nesse sentido, quando essa ação é protagonizada por mulheres, ela assume ainda mais significado, pois tensiona as relações de classe e gênero para além da concentração fundiária. Ademais, questiona também as estruturas patriarcais que historicamente as excluíram desses espaços de poder. No caso dos acampamentos, foram registradas duas (2) ações, que ocorreram nos estados da Bahia e de Pernambuco. A formação de acampamento em Pernambuco reuniu cerca de 500 (quinhentas) mulheres no contexto da Jornada Nacional de Luta das Mulheres Sem Terra, articulada ao 8 de março, evidenciando que a organização das ocupações está diretamente relacionada às condições de sobrevivência e à necessidade de recriação dos modos de vida no campo. Já em relação às ocupações de prédios públicos, também se tem registro de duas (2) ações: uma no estado do Rio Grande do Norte, onde as mulheres do MST ocuparam o Centro Administrativo do Estado para cobrar a reforma agrária; e outra em Pernambuco, onde ocuparam a sede do Incra. Essas ações evidenciam o caráter político de afirmar o protagonismo feminino por meio das ações dos movimentos de mulheres, mostrando-as como sujeitas centrais nas lutas territoriais.

A ação matriz de produção possui grande relevância enquanto ação promovida pelos movimentos de mulheres, pois se configura como uma estratégia de reprodução da vida no campo, articulada à autonomia alimentar, à autonomia econômica feminina e à sustentabilidade dos territórios. Diferentemente da ação matriz de ocupação, em nossa pesquisa, a ação de produção apresenta apenas uma ação derivada, que corresponde à produção de alimentos saudáveis, tendo como principais pautas a agroecologia e os quintais produtivos. Nesse aspecto, destacam-se a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA Brasil) como movimentos

mobilizadores das ações, evidenciando o compromisso dessas organizações com a promoção de práticas produtivas sustentáveis. Por meio da análise dos dados, foi registrado um quantitativo de cinco (5) ações derivadas de produção de alimentos saudáveis, com ocorrência ao longo de todos os anos da pesquisa, especialmente em 2024, quando se concentraram duas (2) dessas ações. Conforme aponta Jorge (2024, p. 196), "a produção de alimentos diversificados e saudáveis para o sustento das famílias é um dos pilares da reforma agrária, assim como, pauta de luta dos movimentos". Nesse sentido, a produção de alimentos também se configura como estratégia de autonomia, uma vez que "proporciona aos camponeses maior poder de decisão referente ao que comer" (Jorge, 2024, p. 197).

Quando levamos esse debate para a ótica das mulheres, atribui-se ainda mais significado a essa ação, uma vez que constantemente são elas que estão à frente dos processos produtivos, especialmente nos quintais e na produção de alimentos para o consumo familiar. Jorge (2024, p. 197) confirma que "as mulheres, normalmente, são as principais responsáveis pelos cultivos para o consumo familiar", evidenciando sua centralidade na manutenção da vida e na segurança alimentar das famílias. Uma das ações de produção de alimentos em destaque ocorreu no estado do Ceará, onde mulheres camponesas utilizaram a caderneta agroecológica como instrumento de registro e fortalecimento da autonomia. A notícia em questão relata que, com o projeto de distribuição dessas cadernetas, foram alcançadas 76 localidades em 20 municípios, contribuindo para o aumento da renda mensal em até trezentos e setenta e três (373) reais por beneficiária. A ação de produção evidenciou que, para além da dimensão econômica, a autoestima e o reconhecimento do trabalho das mulheres se tornaram protagonistas.

A ação de arrecadação de recursos e execução de serviços apresentou apenas uma ocorrência no período analisado, com uma única ação derivada: a doação de alimentos, realizada no ano de 2020. Essa ação esteve vinculada à pauta da segurança alimentar e ocorreu no estado do Piauí, onde o governo do estado distribuiu mil (1.000) cestas básicas, tendo por objetivo garantir que famílias rurais tivessem acesso a alimentos durante a pandemia. O ato envolveu um total de 18 (dezoito) municípios; dentre eles, dez (10) estão no território dos Cocais, atendido pelo Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). Entende-se que essa realização reafirma o papel fundamental dos movimentos de mulheres na construção de iniciativas voltadas à garantia das condições básicas de subsistência e à organização coletiva nos territórios.

Em relação à ação de festividades, ritos e lazer, foram registradas duas (2) ações, ambas correspondentes à ação derivada de festividades culturais. Essas ações ocorreram nos anos de 2021 e 2023, nos estados do Maranhão e do Rio Grande do Norte, respectivamente. As principais pautas associadas a essas iniciativas foram a luta antirracista e a luta pelos direitos da população LGBTQIA+, evidenciando a centralidade dessas práticas na afirmação

identitária presente nos territórios. As ações foram promovidas pelo Movimento de São Gonçalo do Quilombo, pelo Sítio Veiga e pelo grupo Tambor de Crioula Coroa de São Benedito, demonstrando o papel dos coletivos culturais na preservação das tradições e no fortalecimento das lutas sociais.

Destaca-se a ação derivada realizada no ano de 2021, referente à comemoração dos seis anos do Tambor de Crioula Coroa de São Benedito, grupo formado exclusivamente por mulheres. Essa manifestação cultural evidencia a importância das mulheres como guardiãs das memórias e das culturas ancestrais. Nesse sentido, conforme aponta Machado (2022, p. 45), "as mulheres negras estabeleceram formas de resistências cotidianas que subverteram tal ordem e passaram a colocar na ordem do dia corpos/mentes apartados do construto hegemônico e cada vez mais ligados às suas ancestralidades", o que permite compreender essas festividades como espaços de resistência, afirmação identitária e continuidade das práticas culturais negras.

Diante de todas as ações analisadas, evidenciou-se que os movimentos de mulheres rurais constroem, todos os dias, um repertório rico e diversificado de práticas socioterritoriais que articulam resistência, reprodução dos modos de vida e proteção de seus territórios. Assim, ao esmiuçarmos as diferentes ações aqui estudadas, notou-se a atuação desses movimentos como processos contínuos de construção de autonomia e protagonismo, uma vez que as sujeitas atuam simultaneamente na luta pela terra, na reivindicação de direitos, na produção agroecológica, na garantia da segurança alimentar e na preservação da cultura ancestral. Portanto, as ações sistematizadas na Tabela 3 revelam que esses movimentos de mulheres, além de resistirem às múltiplas formas de expropriação e desigualdade, mantêm-se firmes na luta, produzindo novas territorialidades, tendo como base a solidariedade e a coletividade, que reafirmam seu papel fundamental nas dinâmicas socioterritoriais.

Considerações Finais

Este trabalho buscou analisar as ações coletivas das mulheres rurais no Nordeste brasileiro, entre os anos de 2020 e 2024, a partir do Banco DATALUTA, sistematizado pela Rede de mesmo nome, buscando compreender suas pautas e formas de atuação. Para isso, foi examinado um quantitativo de trinta e sete (37) notícias, que se desdobraram em oito (8) tipos de ações matrizes e 19 (dezenove) tipos de ações derivadas, abrangendo um total de 13 (treze) pautas diferentes. A partir dessa análise, foi possível compreender a diversidade do repertório de ações mobilizadas por esses coletivos de mulheres. Essas ações sistematizadas pelo DATALUTA evidenciaram processos contínuos de organização feminina, nos quais as mulheres se afirmam como sujeitas de direito, buscando o reconhecimento e a transformação das estruturas sociais

que historicamente as excluem. Nesse sentido, a atuação dos movimentos de mulheres tensiona as relações de poder e rompe a invisibilidade histórica imposta às mulheres, principalmente às mulheres do campo.

O conjunto de ações analisadas demonstra que essas experiências se comportam reafirmando as práticas de resistência do território, transformando-o em um espaço de luta, de afirmação de gênero e de reprodução da vida. Dessa forma, a centralidade das mulheres se expressa de forma transversal, uma vez que são elas que se organizam, produzem e reproduzem seus modos de vida, cuidam e resistem nos territórios. Ainda, destaca-se a diversidade das ações analisadas, representando uma multiplicidade de práticas organizativas dos movimentos de mulheres. Estas são construídas com o intuito de se posicionarem como agentes fundamentais nas lutas por seus direitos, articulando diferentes pautas e promovendo a integração das dimensões políticas, sociais, culturais e de gênero. Portanto, essas ações analisadas demonstram uma potencialização das formas de organização feminina coletiva e das estratégias de resistência, visando à transformação social.

Referências bibliográficas

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 325-357, 2014.

AGUIAR, Vilenia Venancio Porto. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, p. 261-295, 2016.

ALMEIDA, Paul. **Movimentos sociales***: la estructura de la acción colectiva*. Buenos Aires: CLACSO, 2020.

ALMEIDA, Fernando Freitas de; SANTOS, Leonardo Lencioni Mattos; BARATELLI, Amanda Emiliana Santos. Tempo e espaço na leitura das ações dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais. **Boletim DATALUTA**, Presidente Prudente, v. 16, n. 181, 2023.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009.

ALKMIN, Fábio M. **Geografia da autonomia**: a experiência territorial zapatista em Chiapas, México. São Paulo: Editora Elefante, 2025.

ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 43, p. 13-56, 2014.

AZEVEDO, Agatha de Souza. **(Des)politização, agrotóxicos e saúde:** disputas hegemônicas entre o governo Bolsonaro e as Bruxas Sem Terra. 2021. 128f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

BARROCA, Ana Beatriz Germano. **Na contramão nacional**: os repertórios de interação entre estado e o movimento social feminista no Rio Grande do Norte. Orientadora: Joana Tereza Vaz de Moura. 2021. 127 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

BRUNO, Regina. Desigualdade, agronegócio, agricultura familiar no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 142-160, 2016.

CARVAJAL, Julieta Paredes. Descolonizar as lutas: a proposta do Feminismo Comunitário. Tradução de Tereza Spyer. **Mandrágora**, São Paulo,n. 2, v. 24, p. 145-160, 2018.

CALAÇA, Michela Katiuscia Alves dos Santos; CONTE, Isaura Isabel; CINELLI, Catiane. Feminismo camponês e popular: uma história de construções coletivas. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Tocantinópolis, n. 4, v. 3, p. 1156–1183, 2018.

CARNEIRO, Maria José. "Rural" como categoria de pensamento. **RURIS (Campinas, Online)**, Campinas, n. 1, v2., p. 9-38, 2008.

CORDEIRO, Rosineide de L. Meira; SCOTT, Russel Parry. Mulheres em áreas rurais nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, p. 419-423, 20.

DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 1, v. 12, p. 175-204, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A ocupação como forma de acesso à terra: espaços e territórios de lutas e resistências. *In*: FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e movimentos sociais**. São Paulo: Expressão Popular, p. 257-288, 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. **Biblioteca Digital SEPLAN**. Brasília: Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, p. 1-57, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 6, p. 24-34, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano; SOBREIRO FILHO, José. Teoria dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais. *In:* SPOSITO, Eliseu Savério; CLAUDINO, Guilherme dos Santos (Org.). **Teorias na Geografia:** Mundos Possíveis (Livro III). Rio de Janeiro: Consequência, 2023. p. 335-364.

FERNANDES, Bernardo Mançano; PEREIRA, Lorena Izá. *Movimentos socioterritoriais e acaparamiento do território no Brasil*. ***Punto Sur***, Buenos Aires, v. 12, n. 20, p. 12-20, 2025.

FONSECA, Thiago Medeiros. **A função integradora do Armazém do Campo no ecossistema cooperativo do MST no estado do Rio de Janeiro**. 87 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Coordenação dos Programas de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2025.

GRANDI, Guilherme. "**MST invade 24 propriedades em 11 estados mesmo com anúncio de programa do governo**". Gazeta do Povo, Curitiba, 16 de abril de 2024. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/republica/mst-invade-24-propriedades-11-estados-programa-governo/ Acesso em: 12 abr. 2026.

HURTADO, Lina Maria; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Resistir y Re-existir*. ***GEOgraphia***, Niterói, v. 24, n. 53, 2022.

JORGE, Aline Albuquerque. **Os tipos de territorialidades emancipadoras em assentamentos de reforma agrária no Paraná.** 2024. 323f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2024.

JORGE, Aline Albuquerque; MACHADO, Angela dos Santos. Os movimentos socioterritoriais e a luta contra a fome durante a pandemia do novo Coronavírus no Brasil. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, Presidente Prudente, n. 2, vol. 32, 2023.

LIMA, Wuelliton Felipe Peres; MOURA, Joana Tereza Vaz de; ALMEIDA, Fernando Freitas de. Aportes metodológicos para levantamento e sistematização das ações dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais agrários no Brasil (2020-2022). **Revista Formação (Online)**, Presidente Prudente, v. 32, Edição Especial 1, p. 1-25, 2025.

LIMA, Wuelliton Felipe Peres et al. Critérios de seleção das notícias para a base de dados do DATALUTA movimentos socioespaciais e socioterritoriais agrários. **Boletim DATALUTA**, Brasília, v. 18, n. 190, p. 1-9, 2025.

MARCOS, María Florencia. La cuestión alimentaria en la trama de la política estatal: soberanía alimentaria y agroecología como problemas de gobierno. **Estudios Rurales**, Bernal, v. 15, n. 32, 2025.

MATHEUS, Fernanda Aparecida; FELICIANO, Carlos Alberto. Movimentos socioterritoriais e agroecologia: apropriação do espaço e disputas pelas territorialidades. **Revista Formação (Online)**, Presidente Prudente, v. 33, p. 1-30, 2025.

MACHADO, Joana Carmen do Nascimento. As antigas que dizem: pedagogia ancestral de mulheres negras quilombolas. **Afros & Amazônicos**, Porto Velho, v. 2, n. 6, p. 44-59, 2022.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **Dynamics of contention**. Cambridge University Press: Social Movement Studies, Cambridge, 2012.

MOY, Patricia; TEWKSBURY, David; RINKE, Eike Mark. Agenda-setting, priming, and framing. **The international encyclopedia of communication theory and philosophy**, Nova Jersey, v. 1, n. 1, p. 1-13, 2016.

MONCAU, Gabriela. "**MST intensifica ritmo de ocupação e, em uma semana, entra em 28 latifúndios; jornada nacional segue**". Brasil de Fato, São Paulo, 17 de abril de 2024. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2024/04/17/mst-intensifica-ritmo-de-ocupacoes-e-em-uma-semana-entra-em-28-latifundios-jornada-nacional-segue/ Acesso em: 12 abr. 2026.

OLIVAREZ, Joaquín Ezequiel; FONZO, Claudia Yesica Bolañez. Territorialidades emergentes: entre lo disponible y lo posible. El caso de la UPPSAN, Santiago del Estero, Argentina. **Trabajo y sociedad**, Santiago del Estero, v. 22, n. 37, p. 99-116, 2021.

PAREDES, Julieta. El feminismo comunitario: la creación de un pensamiento propio. **Corpus**: archivos virtuales de la alteridad americana, Nova Jersey, v. 7, n. 1, p. 1-10, 2017.

RAPOZO, Bruna Maria da Silva. **Mulheres camponesas e trabalhadoras rurais em movimento:** ressignificando relações de gênero, trabalho, saberes e poderes na agricultura camponesa do sertão de Pernambuco. 2022. 276f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

RODRIGUES, Luanna Louyse Martins; JUNIOR MITIDIERO, Marcos Antonio. Disputas territoriais e judicialização da questão agrária. **Campo-Território**, Edição especial do XXI ENGA-2012, [S. l.], p. 1-20, 2014.

ROS, Carlos Cowan. Estatalidades, políticas públicas y movimientos sociales en su configuración interdependiente: una perspectiva analítica. **Contested Cities**: Working Paper Series, Uberlândia, p. 1-42, 2016.

SALES, Celecina de Maria Veras. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, p. 437-443, 2007.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4ª ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2002.

SAUER, Sérgio. Questão eco-agrária: extrativismo agrário, mudanças climáticas e desmatamento no Brasil. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 2, v. 27, e10185, 2024.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia:** transformando o campo, as florestas e as pessoas. 1ª ed., Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILVA, Anderson Antonio da; SOBREIRO FILHO, José; FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioespaciais, socioterritoriais, conflitualidades e

contentious politics. In: SOBREIRO FILHO, José et al. (Org.). **Ofensiva e resistências:** ação coletiva, movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais. Belém: UFPA, p. 15-40, 2021.

SILVA, Mônica de Cássia Costa; BRONZO, Carla; BRASIL, Flávia de Paula Duque. Movimento feminista e interseccionalidade: Repertórios de ação e de interação com o Estado. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 29, p. 1-16, 2024.

SIGAUD, Lygia. Ocupações de terra, Estado e movimentos sociais no Brasil. **Cuadernos de Antropología Social**, Buenos Aires, n. 20, p. 11-23, 2004.

SVAMPA, Maristella. ¿Desarrollo o maldesarrollo? ¿Qué tipo de sociedades locales se van generando al compás de la expansión de la actividad hidrocarburífera a gran escala? **El Colectivo**, Buenos Aires, 2014. Disponível em: https://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/libros/pm.5140/pm.5140.pdf Acesso em: 14 jul. 2026

SVAMPA, Maristella. Commodities consensus: Neoextractivism and enclosure of the commons in Latin America. **South Atlantic Quarterly**, Buenos Aires, v. 114, n. 1, p. 65-82, 2015.

TABOAS, Isis Menezes. **É LUTA!** Feminismo Camponês Popular e enfrentamento à violência. 1. ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

TAVARES, Mariana Miranda. Enredadas contra a fome: movimentos, pandemia e auxílio em dobro para mães solo. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 30, 2025.

TILLY, Charles; WOOD, Leslie J. **Los movimientos sociales, 1768-2009: Desde sus orígenes a Facebook**. Grupo Planeta (GBS), 2009.

TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. 3, p. 133-160, 2012.

TILLY, Charles; TARROW, Sidney G. **Contentious politics**. Oxford University Press, 2015.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

Maria Flávia Dantas da Cruz
Licenciada, mestra e doutoranda em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Integrante do Laboratório de Estudos Rurais (LER), do Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES) - UFRN, campus Caicó/RN. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa e Extensão Territórios do Semiárido (SEMIAR).
E-mail: fvmaria5@gmail.com
Lattes: http://lattes.cnpq.br/2627776762420527
ORCID: https://orcid.org/0009-0001-1012-3122

Matheus Henrique da Costa Gomes
Graduado em Gestão de Políticas Públicas e especialista em Políticas Públicas e Inovação pela UFRN. Mestrando no PPEUR/UFRN, na linha "Espaços rurais e dinâmicas territoriais". Pesquisador do LabRural/IPP-UFRN e membro da Rede DATALUTA e do INCT Participa.
E-mail: matheuscosta524@gmail.com
Lattes: https://lattes.cnpq.br/3556744044028556
ORCID: https://orcid.org/0009-0001-3413-4539

Samille Nayara Silva Araújo
Técnica integrada em Tecnologia em Alimentos pelo IFRN. Graduanda em Licenciatura em Geografia no Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES/UFRN) e Integrante do Laboratório de Estudos Rurais (LER/CERES/UFRN). Membro do Grupo de Pesquisa e Extensão Territórios do Semiárido (SEMIAR/CNPq) e bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) no projeto de pesquisa Questão Agrária, Movimentos Socioterritoriais e Políticas Públicas: Escalas, Ações e Repertórios.
E-mail: samille.araujo.128@ufrn.edu.br
Lattes: http://lattes.cnpq.br/5041147995881985
ORCID: https://orcid.org/0009-0009-5606-5608

Rannyerison Carlos Pereira da Silva
Técnico integrado em Agroindústria pela Escola Agrícola de Jundiaí (UFRN). Atualmente, discente do curso de Licenciatura em Geografia no Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES/UFRN) e Integrante do Laboratório de Estudos Rurais (LER/CERES/UFRN). Membro do Grupo de Pesquisa e Extensão Territórios do Semiárido (SEMIAR, registrado no CNPq) e bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), com o projeto de pesquisa A questão agrária do Seridó Potiguar: a latifundiarização.
E-mail: rannyerisoncarlos@gmail.com
Lattes: https://lattes.cnpq.br/5817571722747315
ORCID: https://orcid.org/0009-0007-2728-9640